STJ00094455

SUMÁRIO

NOTA À 2.ª EDIÇÃO 7

NOTA INTRODUTÓRIA 9

ARTIGO 1.º

1.1 A raiz constitucional do mandado de segurança e a Lei 12.016/2009 20

1.1.1 A Constituição de 1988 e o mandado de segurança: tutela de direitos fundamentais relativos às liberdades públicas 20

1.1.2 Contraste entre o mandado de segurança e outras figuras do direito comparado 22

1.1.3 Do *habeas corpus* ao mandado de segurança, passando pelas ações possessórias 23

1.1.4 Surgimento da previsão normativa expressa do mandado de segurança no direito brasileiro 24

1.1.5 A Lei 12.016/2009: avanços, retrocessos e frustrações 25

1.2 Déficit do procedimento previsto na Lei 12.016/2009 e alternativas para a sua correção 27

1.2.1 A dimensão constitucional do mandado de segurança, o procedimento (típico) previsto na Lei 12.016/2009 e o rito procedimental adequado, ideal à sua concretização 27

1.2.2 Inadequação do procedimento previsto na Lei 12.016/2009 para a plena contenção da atividade estatal ilegal 28

1.2.3 Flexibilização do rito previsto na Lei 12.016/2009, nos casos de déficit procedimental 30

1.2.4 O procedimento previsto nos arts. 461 do CPC e 84 do CDC como alternativa, incidência supletiva e fungibilidade 31

1.3 Pressupostos para a concessão da segurança 32

1.3.1 O "direito líquido e certo" 32

1.3.1.1 Tutela da evidência e controvérsia sobre a existência do direito 32

1.3.1.2 "Direito líquido e certo" *versus* "certeza e liquidez" de dívida ativa 33

1.3.2 Situação não amparada por *habeas corpus* ou *habeas data* 34

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

1.3.3 Proteção contra atos ilegais e abusivos 35
1.3.3.1 Ilegalidade e abusividade 35
1.3.3.2 Atos administrativos, legislativos ou judiciais 36
1.3.3.3 Atos de gestão e atos de império 38
1.3.4 Violação ou "justo receio" 39
1.3.4.1 Mandado de segurança *preventivo* e *repressivo* 39
1.3.4.2 Transmudação do mandado de segurança preventivo em repressivo 40
1.3.4.3 Mandado de segurança e "lei em tese" 40
1.4 Parte ativa na ação 41
1.4.1 Pessoas físicas e jurídicas 41
1.4.2 Litisconsórcio ativo e pedido de extensão da liminar 42
1.4.3 Terceiro prejudicado 43
1.4.4 Legitimação extraordinária concorrente 43
1.5 Parte passiva 44
1.5.1 Autoridade coatora e parte legítima 44
1.5.2 Natureza jurídica da pessoa coletiva 48
1.5.3 Legitimidade passiva e teoria da encampação 48
1.5.4 Legitimação passiva do particular sujeito aos efeitos da sentença e litisconsórcio passivo necessário 49

ARTIGO 2.º

2.1 Regras gerais sobre a competência para o julgamento do mandado de segurança 51
2.1.1 Competência e unidade da jurisdição 51
2.1.2 Delimitação da competência no mandado de segurança 53
2.2 Competência da justiça comum de 1.ª Instância 54
2.2.1 Inteligência do art. 2.º da Lei 12.016/2009 54
2.2.2 Ainda a diferença entre atos de império e atos de gestão (art. 1.º, § 2.º, da Lei 12.016/2009) 54
2.2.3 Modificação de competência da autoridade coatora 55
2.2.4 Intervenção anômala da União e deslocamento de competência 56
2.3 Competência originária dos tribunais e turmas recursais 56
2.3.1 Organização vertical: STF e STJ 56
2.3.2 Outros tribunais superiores 57
2.3.3 Tribunais Regionais Federais e Estaduais 58
2.3.4 Competência da turma recursal para o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato judicial 59

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

ARTIGO 3.º

3.1 A figura do terceiro no mandado de segurança 61
3.2 O abuso de direito e a prevalência da boa-fé 63

ARTIGO 4.º

4.1 Avanços tecnológicos e prática de atos processuais no mandado de segurança 66
4.2 Impetração do mandado de segurança via fax 66
4.3 Atos processuais por meio eletrônico 66

ARTIGO 5.º

5.1 Condições de procedibilidade do mandado de segurança 69
5.2 Mandado de segurança e ato sujeito a recurso administrativo 70
5.2.1 Atos comissivos 70
5.2.2 Atos omissivos 72
5.2.3 Cabimento de mandado de segurança contra ato disciplinar 73
5.3 Mandado de segurança contra ato judicial 74
5.3.1 Pronunciamentos judiciais irrecorríveis 74
5.3.2 Recursos destituídos de efeito suspensivo 77
5.3.3 Decisão judicial com trânsito em julgado 79
5.3.4 A posição do terceiro em relação à decisão judicial 79

ARTIGO 6.º

6.1 Requisitos processuais (pressupostos processuais e condições da ação) do mandado de segurança 82
6.2 Possibilidade jurídica do mandado de segurança 82
6.2.1 Hipóteses de vedação legal do manejo do mandado de segurança (art. 5.º da Lei 12.016/2009) 82
6.2.2 Impossibilidade jurídica em razão da decadência (art. 23 da Lei 12.016/2009) 83
6.2.2.1 As obrigações de trato sucessivo 83
6.2.3 Possibilidade jurídica do mandado de segurança e efeitos condenatórios patrimoniais 84
6.3 Interesse processual no mandado de segurança 86
6.3.1 A necessidade da ordem 86
6.3.2 O mandado de segurança como via inadequada 86
6.3.3 Utilidade do mandado de segurança e perda do objeto 87
6.4 Legitimidade para a causa 88
6.4.1 Legitimidades ativa e passiva 88
6.4.2 Correção do polo passivo e tutela da aparência 89

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

6.5 Petição inicial 91
6.5.1 Forma da petição inicial (art. 4.º da Lei 12.016/2009) 91
6.5.2 Identificação das partes 92
6.5.3 Elementos substanciais do libelo: causa de pedir e pedido 93
6.5.3.1 Causa de pedir 93
6.5.3.2 Pedido 94
6.5.3.3 Requerimento de liminar 95
6.5.3.4 Requerimento de incidência de multa 95
6.5.4 Produção de provas e a limitação vertical da cognição 97
6.5.5 Procedimento para exibição prévia ao ajuizamento do mandado de segurança 98
6.5.6 Valor da causa 99
6.6 Citação 99
6.7 Indeferimento da petição inicial 100
6.8 Renovação do pedido de segurança 101

ARTIGO 7.º

7.1 Procedimento do mandado de segurança 105
7.2 Formação da relação processual 105
7.3 Reações da autoridade coatora 106
7.3.1 Apresentação das informações 106
7.3.1.1 Ônus de prestar informações 106
7.3.1.2 Estrutura da peça de informação 107
7.3.2 Revelia no mandado de segurança 108
7.3.3 Reconhecimento jurídico do pedido 109
7.3.4 Exceção de incompetência 110
7.4 A tutela de urgência no mandado de segurança 111
7.4.1 Tempo e processo 111
7.4.2 Antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar – Fungibilidade 111
7.4.3 Natureza da liminar no mandado de segurança 113
7.4.4 Momento da concessão da tutela de urgência 115
7.4.5 Recurso contra decisão referente à liminar 115
7.4.6 Pedido de suspensão da liminar (art. 15 da Lei 12.016/2009) 117
7.4.7 Restrições à concessão da liminar 118
7.4.8 Dispensa da prestação de caução 120
7.4.9 Extensão da limitação às hipóteses previstas nos arts. 273 e 461 do CPC 120
7.4.10 Revogação da liminar 122
7.4.11 Eficácia da liminar e celeridade no procedimento 122

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

ARTIGO 8.º

8.1 Perempção ou caducidade da liminar no mandado de segurança 124
8.2 A punição pela criação de obstáculos 124
8.3 Não cumprimento de atos e diligências 126
8.4 A sanção pelo abandono 126

ARTIGO 9.º

9.1 Cientificação da inicial, da liminar e da sentença (arts. 7.º, I, 9.º e 13 da Lei 12.016/2009) 128
9.2 A representação da pessoa jurídica de direito público 130
9.2.1 A União, os Estados e o Distrito Federal 130
9.2.2 O Município e a representação pelo prefeito ou procurador. A posição da Câmara Municipal 131

ARTIGO 10

10.1 Princípio da aproveitabilidade da petição inicial 133
10.2 Indeferimento da petição inicial 134
10.2.1 Hipóteses de indeferimento, segundo o art. 10 da Lei 12.016/2009 134
10.2.2 Ausência dos requisitos da petição inicial 135
10.2.3 Caducidade do pedido 136
10.2.4 Indeferimento, na hipótese prevista no art. 285-A do CPC 136
10.3 Recurso contra a decisão que indefere a petição inicial 136
10.3.1 Recurso cabível 136
10.3.2 Apelação e juízo de retratação 137
10.4 O litisconsórcio no mandado de segurança 137
10.4.1 Regra geral e incidência da disciplina prevista no CPC 137
10.4.2 Vedação ao litisconsórcio ativo facultativo ulterior 139

ARTIGO 11

11.1 Comunicação e certificação da notificação da autoridade coatora 141
11.2 Comunicação eletrônica 141
11.3 A dupla cientificação e a pessoa jurídica 142
11.4 Comprovação da remessa e digitalização 142

ARTIGO 12

12.1 O Ministério Público e seu papel no mandado segurança 143
12.2 Atividade processual do Ministério Público 144
12.3 Nulidade do processo pela ausência de intimação 145

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

ARTIGO 13

13.1 Comunicação bilateral da decisão 146
13.2 Necessidade de comunicação célere ao impetrante 147
13.3 Comunicação da concessão e da denegação 147
13.4 Aplicação do art. 4.º da Lei 12.016/2009 148

ARTIGO 14

14.1 A sentença no mandado de segurança 150
14.2 Sentença de improcedência e eficácia da liminar 152
14.3 As despesas e honorários advocatícios 152
14.4 Reexame necessário 153
14.5 Recurso de apelação 154
14.6 Efeitos da apelação no mandado de segurança 155
14.7 Embargos infringentes no mandado de segurança 156
14.8 Recurso de terceiro prejudicado: a autoridade coatora 157
14.9 Cumprimento de sentença e execução provisória no mandado de segurança 158
14.10 Prazo para a Execução no Mandado de Segurança 158
14.11 Execução da verba condenatória – Súmula 271 do STF 159
14.12 Honorários Advocatícios na Execução 160

ARTIGO 15

15.1 Suspensão da liminar e da segurança 163
15.2 Cabimento da suspensão 165
15.3 Legitimidade para o pedido de suspensão 166
15.4 Suspensão, agravo e apelação e a Súmula 626 do STF 166
15.5 Suspensão sucessiva ao agravo 167
15.6 Suspensão da segurança e suspensão no agravo. Inaplicabilidade da Súmula 626 do STF 167
15.7 Recurso contra a suspensão 168
15.8 A suspensão sucessiva 169
15.9 Efeito expansivo da suspensão em relação à liminar 170

ARTIGO 16

16.1 Procedimento do mandado de segurança nos casos de competência originária dos tribunais 171
16.2 Sustentação oral 172
16.3 Exigência do esgotamento da instância 173

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

16.4 Agravo regimental da decisão sobre a liminar 174

ARTIGO 17

17.1 Urgência da publicação da decisão 176
17.2 Notas taquigráficas. Substituição do acórdão 176

ARTIGO 18

18.1 Admissibilidade do recurso ordinário constitucional e dos recursos extraordinário e especial 179
18.2 Aspectos procedimentais do recurso ordinário 181

ARTIGO 19

19.1 Decadência do mandado de segurança e ajuizamento de ação própria 183
19.2 A coisa julgada no mandado de segurança e ajuizamento de nova ação . 184
19.3 Decisão de mérito e via administrativa 186
19.4 O conteúdo da decisão denegatória da segurança 186
19.5 A insuficiência de provas no mandado de segurança 187
19.6 Mandado de segurança e efeitos patrimoniais pretéritos 188

ARTIGO 20

20.1 Prioridade no julgamento do mandado de segurança 190
20.2 Trâmite da ação 191

ARTIGO 21

21.1 Embasamento constitucional do mandado de segurança coletivo e as limitações da Lei 12.016/2009 193
21.2 A tutela do interesse coletivo. Interesse coletivo não é interesse público 193
21.3 Objeto do mandado de segurança coletivo – Opção restritiva 195
21.4 Os interesses coletivos 196
21.5 Interesses individuais homogêneos 198
21.6 Interesses individuais homogêneos e as *class actions* 198
21.7 Legitimação para o mandado de segurança coletivo 200
21.7.1 Partidos políticos 200
21.7.2 Organização sindical, entidade de classe ou associação 200
21.7.2.1 Problemas de Legitimação Extraordinária: *Associação Privada de Pessoas Jurídicas de Direito Público* 202
21.7.3 O Ministério Público 203
21.8 Execução do Mandado de Segurança Coletivo 204

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094455

ARTIGO 22

22.1 O regime da coisa julgada nas ações coletivas em geral e o mandado de segurança coletivo 206
22.2 Mandado de segurança individual e coletivo. Inexistência de litispendência e impossibilidade de prejuízo para a ação individual. O diálogo das fontes 207
22.2.1 A restrição da eficácia subjetiva da Coisa Julgada 210
22.3 Uma alternativa, enquanto não se resolve a antinomia: opção pela ação civil pública, em detrimento do mandado de segurança coletivo 211
22.4 Audiência prévia da pessoa jurídica 212

ARTIGO 23

23.1 O prazo decadencial no mandado de segurança 213
23.2 Decadência da ação e não do direito material 215
23.3 Mandado de segurança contra omissão 216

ARTIGO 24

24.1 O litisconsórcio no mandado de segurança 218
24.2 Modalidades de litisconsórcio no mandado de segurança 219
24.3 Vedação ao litisconsórcio facultativo ulterior 220
24.4 Intervenção de terceiros no mandado de segurança 220

ARTIGO 25

25.1 Vedação aos honorários advocatícios 223
25.2 Não cabimento dos embargos infringentes 224

ARTIGO 26

26.1 Sanções penais e administrativas pelo descumprimento da decisão 226
26.2 Princípio da autoridade e desobediência 227
26.3 Sujeito ativo 227
26.4 Conduta 228
26.5 Procedimento 229
26.6 Outras sanções 229
26.7 Ordem de prisão 230

ARTIGOS 27 A 29

27.1 Adaptação dos regimentos internos 232
27.2 Revogação das leis incompatíveis 232

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 233

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES 239

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br